



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE

JOÃO PAULO II

PARA A CELEBRAÇÃO DO

XXX DIA MUNDIAL DA PAZ¹ DE JANEIRO DE 1997

OFERECE O PERDÃO, RECEBE A PAZ 1. Apenas três anos nos separam da aurora de um novo milénio, e a expectativa torna-se mais densa de reflexão, sugerindo uma espécie de balanço do caminho feito pela humanidade, sob o olhar de Deus, Senhor da história. Se se considera este milénio, quase concluído, e sobretudo o último século, temos de reconhecer que se acenderam na estrada dos homens muitas luzes, sob o ponto de vista sócio-cultural, económico, científico, tecnológico. Infelizmente, em contraste com elas aparecem graves sombras, principalmente no campo da moralidade e da solidariedade. E um verdadeiro escândalo é a violência que, sob formas antigas e novas, ainda ceifa muitas vidas humanas e dilacera famílias e comunidades. É tempo de nos decidirmos a empreender, juntos e de ânimo firme, uma verdadeira *peregrinação de paz*, cada qual a partir da situação concreta em que se encontra. As dificuldades são, por vezes, demasiado grandes: a proveniência étnica, a língua, a cultura, a crença religiosa constituem frequentemente uma série de obstáculos. Caminhar juntos, quando sobre os ombros pesam experiências traumatizantes ou mesmo divisões seculares, não é empresa fácil. Surge então a pergunta: Que estrada seguir? Que ponto de orientação tomar? São muitos, certamente, os factores que podem influir favoravelmente no restabelecimento da paz, salvaguardando os imperativos da justiça e da dignidade humana. Mas nenhum processo de paz poderá jamais ter início, se não maturar nos homens uma atitude de sincero perdão. Sem este, as feridas continuam a sangrar, alimentando ao longo de sucessivas gerações um rancor sem fim, que é fonte de vingança e causa de sempre mais ruínas. O perdão oferecido e aceite é a premissa indispensável para caminhar rumo a uma paz autêntica e estável. Por isso, quero, com profunda convicção, dirigir a todos um apelo para que *se procure a paz pelas sendas do perdão*. Estou plenamente consciente de quanto o perdão possa parecer contrário à lógica humana, que obedece frequentemente a dinamismos de contestação e represália. Pelo contrário, o perdão inspira-se na lógica do amor, aquele amor que Deus nutre por cada homem e mulher, por cada povo e nação, pela família humana inteira. E, se a Igreja ousa proclamar aquilo que, humanamente falando, poderia parecer uma loucura, fá-lo precisamente por causa da sua confiança inabalável no amor infinito de Deus. Como atesta a Sagrada Escritura, Deus é rico de misericórdia e não cessa de perdoar a todos os que regressam a Ele (cf. *Ez* 18, 23; *Sal* 32-31, 5; 103-102, 3.8-14; *Ef* 2, 4-5; *2 Cor* 1, 3). O perdão de Deus torna-se, em nossos corações, fonte inexaurível de perdão também no nosso inter-relacionamento, ajudando-nos a vivê-lo sob o signo de uma verdadeira fraternidade. **O mundo ferido anela pela cura**². Como há pouco aludia, apesar dos numerosos sucessos alcançados, o mundo contemporâneo continua a aparecer marcado por várias contradições. O

progresso no âmbito da indústria e da agricultura proporcionou um melhor teor de vida a milhões de pessoas, e representa uma esperança para muitas outras; a tecnologia já permite superar as distâncias; a informação tornou-se instantânea e aumentou as possibilidades do conhecimento humano; o respeito pelo ambiente que nos circunda vai crescendo e tende a tornar-se um estilo de vida. Uma multidão de voluntários, com uma generosidade muitas vezes ignorada, trabalha incansavelmente por todo o mundo ao serviço da humanidade, prodigalizando-se sobretudo por aliviar as necessidades dos pobres e dos doentes. Como não reconhecer com alegria estes elementos positivos do nosso tempo?! Infelizmente, o cenário do mundo contemporâneo apresenta também *diversos fenómenos de sinal contrário*. Tais são, por exemplo, o materialismo e o crescente desprezo pela vida humana, que têm vindo a assumir dimensões preocupantes. Muitos são aqueles que estruturam a sua vida, tendo unicamente por lei o lucro, o prestígio e o poder. Em consequência disso, numerosas pessoas encontram-se confinadas na sua solidão interior, outras continuam a ser voluntariamente discriminadas por causa da raça, da nacionalidade ou do sexo, enquanto a pobreza lança multidões inteiras para as margens da sociedade, ou mesmo para o aniquilamento. Para tantos e tantos, além disso, a guerra tornou-se a dura realidade da sua vida quotidiana. Uma sociedade que procura apenas os bens materiais ou efémeros, tende a marginalizar quem não é útil a tal objectivo. Perante tais situações, que constituem por vezes autênticas tragédias humanas, alguns preferem simplesmente fechar os olhos, barricando-se na sua indiferença. Neles se renova a atitude de Caim: « Sou, porventura, guarda do meu irmão? » (Gn 4,9) É dever da Igreja lembrar a cada um as severas palavras de Deus: « Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama da terra até Mim » (Gn 4,10). O sofrimento de tantos irmãos e irmãs não pode deixar-nos indiferentes! *A sua dor faz apelo à nossa consciência*, santuário interior onde nos encontramos face a face com nós mesmos e com Deus. E como não reconhecer que, embora em medida diversa, todos estamos envolvidos nesta revisão de vida a que Deus nos chama? Todos temos necessidade do perdão de Deus e do próximo. Por isso, todos devemos estar dispostos a perdoar e a pedir perdão. **O peso da história**³. A dificuldade do perdão não depende só dos acontecimentos actuais. A história carrega consigo um pesado fardo de violências e conflitos, de que não é fácil desembaraçar-se. Prepotências, opressões, guerras fizeram sofrer inumeráveis seres humanos, e, ainda que as causas desses fenómenos dolorosos se percam em tempos remotos, os seus efeitos permanecem vivos e dilacerantes, alimentando medos, suspeitas, ódios e divisões entre famílias, grupos étnicos, povos inteiros. São dados reais, que submetem a dura prova a boa vontade de quem desejaria subtrair-se ao seu condicionamento. E, contudo, continua a ser verdade que *não se pode ficar prisioneiro do passado*: os indivíduos e os povos têm necessidade de uma espécie de « purificação da memória », a fim de que os males de ontem não voltem a repetir-se. Não se trata de esquecer o sucedido, mas de o reler com sentimentos novos, aprendendo precisamente das experiências sofridas que só o amor constrói, enquanto o ódio produz devastação e ruínas. É preciso substituir a repetitividade sufocante da vingança pela novidade libertadora do perdão. Para isso, é indispensável aprender a ler a história dos outros povos, evitando juízos sumários e parciais e esforçando-se por compreender o ponto de vista de todos os que deles fazem parte. Trata-se de um autêntico desafio de ordem precisamente pedagógica e cultural. Um desafio de civilização! Se se aceita percorrer este caminho, descobrir-se-á que os erros nunca estão de uma parte só; ver-se-á como às vezes a apresentação da história foi deturpada e até manipulada, com trágicas consequências. Uma leitura correcta da história favorecerá a aceitação e a estima das diferenças — sociais, culturais e religiosas — existentes entre pessoas, grupos e povos. Este é o primeiro passo para a reconciliação, porque o respeito das diversidades constitui condição necessária e dimensão qualificativa de relações autênticas entre indivíduos e entre colectividades. A repressão das diversidades pode dar origem a uma paz aparente, mas gera uma situação precária que de facto prenuncia novas explosões de violência. **Mecanismos concretos de reconciliação**⁴. Mesmo quando as guerras « resolvem » os problemas que lhes deram origem, só o conseguem fazer

deixando atrás delas vítimas e destruições, que gravam sobre posteriores conversações de paz. Esta certeza deve impelir os povos, as nações e os Estados a superarem decididamente a « cultura da guerra », não só na sua forma mais detestável de uma potência bélica desejada como instrumento de predomínio, mas também na sua expressão menos odiosa, mas igualmente ruínosa, do recurso às armas visto como meio eficaz para afrontar os problemas. Sobretudo num tempo, como o nosso, que conhece as tecnologias de destruição mais sofisticadas, é urgente desenvolver uma sólida « cultura de paz », que previna e esconjure o desencadeamento incontrolável da violência armada, prevendo iniciativas que visem também impedir o aumento da indústria e do comércio das armas. Mas antes ainda, é preciso que o desejo sincero da paz se traduza na firme decisão de remover todos os obstáculos que impedem a sua obtenção. Neste esforço, *as várias Religiões* podem oferecer um importante contributo, na linha do que já fizeram muitas vezes, erguendo a sua voz contra a guerra e afrontando corajosamente os consequentes riscos. Mas, porventura, não somos todos nós chamados a fazer mais ainda, inspirando-nos para isso no genuíno património das nossas tradições religiosas? Essencial continua a ser, nesta matéria, a tarefa dos *Governos* e da *Comunidade Internacional*, a quem compete contribuir para a construção da paz, através da criação de estruturas sólidas que sejam capazes de resistir às turbulências da política, de tal modo que garantam liberdade e segurança para todos em qualquer circunstância. Algumas dessas estruturas já existem, mas precisam de ser reforçadas. A *Organização das Nações Unidas*, por exemplo, na linha aliás da inspiração com que foi fundada, tem ultimamente assumido uma responsabilidade cada vez maior na manutenção ou restabelecimento da paz. Precisamente nesta perspectiva, e à distância de cinquenta anos do seu nascimento, parece necessário e desejável um adequado reajustamento dos meios à sua disposição, que lhe consinta afrontar eficazmente os novos desafios do nosso tempo. Também outros *organismos a nível continental ou regional* assumem grande importância como instrumentos de promoção da paz: é motivo de conforto vê-los empenhados no incremento de mecanismos concretos de reconciliação, esforçando-se activamente por ajudar populações divididas pela guerra a reencontrarem as razões de uma convivência pacífica e solidária. São formas de mediação que dão esperança a povos que vivem situações aparentemente sem saída. Não se deve, pois, subestimar a acção dos *organismos locais*: inseridos nos ambientes onde são semeados os gérmens do conflito, podem contactar de forma directa os indivíduos, servindo de mediadores entre as facções opostas e promovendo a confiança recíproca. Todavia, a paz duradoura não é apenas questão de estruturas e mecanismos. Assenta primariamente sobre a adopção de um estilo de convivência humana, caracterizado pelo acolhimento recíproco e capaz de um perdão sincero. Todos temos necessidade de ser perdoados pelos nossos irmãos, consequentemente todos devemos estar prontos a perdoar. *Pedir e conceder o perdão* é uma estrada profundamente digna do homem; por vezes, é a única estrada para sair de situações marcadas por ódios antigos e violentos. É certo que o perdão não é algo de espontâneo e natural no homem. Perdoar do fundo do coração pode, às vezes, revelar-se até heróico. A dor pela perda dum filho, dum irmão, dos próprios pais ou de toda a família, causada pela guerra, pelo terrorismo ou por acções criminosas, pode impelir a pessoa a isolar-se totalmente do outro. Aqueles que ficaram sem nada, porque foram privados da terra e da casa, os prófugos e quantos suportaram o ultraje da violência não podem deixar de sentir a tentação do ódio e da vingança. Só o calor de relações humanas impregnadas de respeito, compreensão, acolhimento pode ajudá-los a superar tais sentimentos. A experiência libertadora do perdão, embora cheia de dificuldades, pode também ser vivida por um coração dilacerado, graças ao poder regenerador do amor, que tem a sua nascente primeira em Deus-Amor. **Verdade e justiça, pressupostos do perdão**⁵. O perdão, na sua forma mais autêntica e elevada, é um acto de amor gratuito. Mas, precisamente enquanto acto de amor, ele tem também as suas exigências intrínsecas: a primeira delas é *o respeito da verdade*. Só Deus é verdade absoluta. Todavia, Ele deixou o coração humano aberto ao desejo da verdade, que depois revelou em plenitude no Filho encarnado. Por conseguinte, *todos são chamados a viver na verdade*. Onde se semeia

mentira e falsidade, lá floresce suspeita e divisão. A corrupção e a manipulação política ou ideológica são essencialmente contrárias à verdade: agridem os próprios fundamentos da convivência civil e minam a possibilidade de relações sociais pacíficas. *O perdão, longe de excluir a busca da verdade, exige-a.* O mal feito deve ser reconhecido e, na medida do possível, reparado. Foi esta exigência que, em várias partes do mundo, levou a promover oportunas investigações, a propósito das prevaricações de grupos étnicos ou de nações, para acertar a verdade como primeiro passo para a reconciliação. Inútil é sublinhar o grande cuidado que todos devem ter, durante uma tal investigação sem dúvida necessária, para não se acentuar as contraposições, tornando a reconciliação ainda mais difícil. Não é raro também o caso de países, cujos governantes, tendo em vista o bem fundamental da pacificação, decidiram de comum acordo conceder uma amnistia a todos os que publicamente reconheceram as prevaricações cometidas durante um certo período de desordens. A iniciativa pode ser olhada com favor, enquanto esforço que visa promover o início de boas relações entre grupos outrora contrapostos. Outro pressuposto essencial do perdão e da reconciliação é *a justiça*, que tem o seu critério último na lei de Deus e no seu desígnio de amor e de misericórdia sobre a humanidade (1). Assim entendida, a justiça não se limita a estipular o que é recto entre as partes em conflito, mas visa sobretudo restabelecer relações autênticas com Deus, com nós mesmos, com os outros. Não existe, portanto, qualquer contradição entre perdão e justiça. De facto, o perdão *não elimina nem diminui a exigência da reparação*, que é própria da justiça, mas pretende reintegrar quer as pessoas e os grupos na sociedade, quer os Estados na comunidade das nações. Nenhuma punição pode mortificar a dignidade inalienável de quem praticou o mal. A porta para o arrependimento e a reabilitação deve ficar sempre aberta. **Jesus Cristo, nossa reconciliação**⁶. Quantas situações actuais necessitam de reconciliação! Perante este desafio, de que depende consideravelmente a paz, dirijo o meu apelo a todos os crentes, e de modo particular aos membros da Igreja Católica, para que se dediquem activa e concretamente à obra da reconciliação. O crente sabe que *a reconciliação provém de Deus*, que está sempre pronto a perdoar a quantos se dirigem a Ele e a lançar para trás das costas todos os seus pecados (cf. *Is 38,17*). A imensidade do amor de Deus ultrapassa a compreensão humana, como recorda a Sagrada Escritura: « Acaso pode uma mulher esquecer-se do menino que amamenta, não ter carinho pelo fruto das suas entranhas? Ainda que ela se esquecesse dele, Eu nunca te esqueceria » (*Is 49,15*). O amor divino é o fundamento da reconciliação, a que somos chamados. « É Ele quem perdoa as tuas culpas, e sara todas as tuas enfermidades; é Ele quem resgata a tua vida do túmulo, e te coroa de graça e bondade (...). Não nos tratou segundo os nossos pecados; nem nos castigou segundo as nossas culpas » (*Sal 103-102, 3-4.10*). Na sua benigna propensão ao perdão, Deus chegou ao ponto de Se dar a Si próprio ao mundo na pessoa do Filho, que veio trazer a redenção a cada indivíduo e à humanidade inteira. Face às ofensas dos homens, que culminaram na sua condenação à morte de cruz, Jesus reza: « Perdoa-lhes, ó Pai, porque não sabem o que fazem » (*Lc 23, 34*). O perdão de Deus é expressão da sua ternura de Pai. Na parábola evangélica do « filho pródigo » (cf. *Lc 15, 11-32*), o pai corre ao encontro do filho, logo que o vê chegar a casa. Não lhe deixa sequer pedir desculpa: tudo está perdoado (cf. *Lc 15, 20-22*). A grande alegria do perdão, oferecido e aceite, cura feridas de outro modo insanáveis, restabelece o inter-relacionamento e radica-o no amor inexaurível de Deus. Ao longo da sua vida, Jesus proclamou sempre o perdão de Deus, mas simultaneamente indicou *a exigência do perdão recíproco* como condição para o obter. No « Pai nosso », ensinou-nos a rezar assim: « Perdoai-nos as nossas ofensas, *assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido* » (*Mt 6, 12*). Ao fazer-nos dizer « assim como », Jesus coloca nas nossas mãos a medida com que seremos julgados por Deus. A parábola do servo insensível, punido por causa da sua dureza de coração manifestada contra um seu semelhante (cf. *Mt 18, 23-35*), ensina-nos que aqueles que não estão dispostos a perdoar excluem-se por isso mesmo do perdão divino: « Assim procederá convosco meu Pai celestial, se cada um de vós não perdoar do fundo do coração a seu irmão » (*Mt 18,35*). A nossa própria oração não poderá ser aceite pelo Senhor, se não for precedida, e de certo

modo « garantida » em sua autenticidade, pela iniciativa sincera da reconciliação com o irmão que tem « alguma coisa contra nós »: só então nos será possível apresentar uma oferta agradável a Deus (cf. *Mt 5,23-24*). **Ao serviço da reconciliação**⁷. Jesus não se limitou a ensinar aos seus discípulos o dever do perdão, mas quis que a sua Igreja fosse o sinal e o instrumento do seu desígnio de reconciliação, tornando-a sacramento « da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano » (2). Por causa desta missão, Paulo designa o ministério apostólico como « ministério da reconciliação » (*2 Cor 5, 18*; cf. *5, 18-20*). Mas, em determinado sentido, cada baptizado deve sentir-se « ministro da reconciliação », porque, uma vez reconciliado com Deus e com os irmãos, é chamado a construir a paz com a força da verdade e da justiça. Como tive ocasião de recordar na Carta Apostólica *Tertio millennio adveniente*, os cristãos, ao prepararem-se para atravessar o limiar de um novo milénio, são convidados a renovar o arrependimento por « todas aquelas circunstâncias em que, no arco da história, eles se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do testemunho de uma vida inspirada nos valores da fé, o espectáculo de modos de pensar e agir que eram verdadeiras *formas de antitestemunho e de escândalo* » (3). Entre estas, assumem relevo singular *as divisões que lesam a unidade dos cristãos*. Preparando-nos para celebrar o Grande Jubileu do ano 2000, devemos procurar juntos o perdão de Cristo, suplicando ao Espírito Santo a graça da plena unidade. « A unidade é, em última análise, dom do Espírito Santo. A nós, é-nos pedido para secundar este dom, sem cairmos em abdições nem reticências no testemunho da verdade » (4). Fixando o olhar em *Jesus Cristo, nossa reconciliação*, neste primeiro ano de preparação para o Jubileu, façamos tudo o que for possível, mediante a oração, o testemunho e a acção, para avançar no caminho de uma maior unidade. Isto não deixará de exercer uma influência positiva sobre os processos de pacificação em acto nas várias partes do mundo. No mês de Junho de 1997, as Igrejas da Europa vão realizar em Graz a sua segunda Assembleia Ecuménica Europeia, sob o tema « *Reconciliação, dom de Deus e fonte de vida nova* ». Como preparação para esse encontro, os Presidentes da Conferência das Igrejas da Europa e do Conselho das Conferências Episcopais Europeias emanaram uma mensagem comum, pedindo um renovado empenho a favor da reconciliação, « dom de Deus para nós e para a criação inteira ». Lá indicam algumas das múltiplas tarefas que esperam as Comunidades eclesiais: a busca de uma unidade mais visível e o empenho pela reconciliação dos povos. Possa a oração de todos os cristãos apoiar a preparação deste encontro nas Igrejas locais e promover gestos concretos de reconciliação em todo o continente europeu, abrindo igualmente a estrada para análogos esforços noutros continentes. Na citada Carta Apostólica, exprimi o férvido desejo de que, no itinerário de preparação para o ano 2000, os cristãos tenham como guia e ponto de referimento constante as páginas da Sagrada Escritura.⁵ Um tema muito actual para guiar esta peregrinação poderia ser o do perdão e da reconciliação, que se deve meditar e viver nas situações concretas de cada pessoa e de cada comunidade. **Um apelo a toda a pessoa de boa vontade**⁸. Queria concluir esta Mensagem, que envio aos crentes e a toda a pessoa de boa vontade por ocasião do próximo Dia Mundial da Paz, com um apelo a cada um para que se faça instrumento de paz e reconciliação. Em primeiro lugar, dirijo-me a vós, meus irmãos *Bispos e sacerdotes*: sede espelho do amor misericordioso de Deus, não só nas comunidades eclesiais, mas também no âmbito da sociedade civil, especialmente nos lugares onde embravecem lutas nacionalistas ou étnicas. Não obstante os sofrimentos que eventualmente tendeis de suportar, não deixeis penetrar o ódio nos vossos corações, mas anunciai com alegria o Evangelho de Cristo, transmitindo o perdão de Deus através do sacramento da Reconciliação. A vós, *pais*, primeiros educadores da fé dos vossos filhos, peço que os ajudeis a considerarem a todos como irmãos e irmãs, indo ao encontro do próximo sem preconceitos, com sentimentos de confiança e aceitação. Sede para os vossos filhos reflexo do amor e do perdão de Deus, fazendo todo o esforço possível por construir uma família unida e solidária. E vós, *educadores*, chamados a ensinar aos jovens os valores autênticos da vida, pela sua iniciação na complexidade da história e da cultura humana, ajudai-os a viverem, a todos os níveis, as virtudes da tolerância, da compreensão e do

respeito, propondo-lhes como modelo todos aqueles que foram artífices de paz e reconciliação. Vós, *jovens*, que alimentais grandes esperanças no coração, aprendei a viver juntos em paz uns com os outros, sem levantar entre vós barreiras que vos impeçam de compartilhar as riquezas de outras culturas e de outras tradições. Respondei à violência com obras de paz, para construir um mundo reconciliado e rico de misericórdia. Vós, *políticos*, chamados a servir o bem comum, não excluais ninguém das vossas preocupações, cuidando particularmente dos sectores mais débeis da sociedade. Não coloquais em primeiro lugar o benefício pessoal, abocando a isca da corrupção, e sobretudo afrontai mesmo as situações mais difíceis com as armas da paz e da reconciliação. A vós que *trabalhais no campo dos mass-media*, peço que considereis as grandes responsabilidades que a vossa profissão comporta, e que nunca ofereçais mensagens apelando ao ódio, à violência, à mentira. Tende sempre em vista a verdade e o bem da pessoa, ao serviço da qual devem estar postos os tão poderosos meios de comunicação social. A todos vós, enfim, que *acreditais em Cristo*, faço o convite para caminhardes fielmente pela estrada do perdão e da reconciliação, unindo-vos a Ele na oração ao Pai para que todos sejam um só (cf. *Jo 17,21*). Exorto-vos igualmente a acompanhar esta incessante súplica de paz com gestos de fraternidade e de recíproco acolhimento. A toda a pessoa de boa vontade, desejosa de trabalhar sem desfalecer na edificação da nova civilização do amor, repito: *oferece o perdão, recebe a paz!* Vaticano, 8 de Dezembro de 1996.

IOANNES PAULUS PP. II

Notas1) Cf. João Paulo II, Carta enc. *Dives in misericordia* (30 de Novembro de 1980), 14: AAS 72 (1980), 1223.2) Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, 1.3) N. 33: AAS 87 (1995), 25.4) *Ibid.*, 34: *o.c.*, 26.5) Cf. n. 40: *o.c.*, 31.
